

CNPJ: 34.048.494/0001-04
I – Gestor Municipal de Saúde:
Titular: Adriana Pavelski
Suplente: Gilberto Frighetto
II - Representante da CIR:
Titular: Silvania Angonese
Suplente: Alan Felipe
III – Representantes da Macrorregional de Saúde:
Titulares: José Leonir da Silva
Carla Simone Teló Panzera
Gilvana Mossi Schneider
Suplente: Otilia Cristina Rodrigues
IV - Representante do Hospital:
Titular: Délcio Luiz Castagnaro
Suplente: Rodrigo Dalfavo
Florianópolis, 03 de fevereiro de 2021
André Motta Ribeiro
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 719036

PORTARIA nº 104 de 04/02/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 893/2019 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 001/2002/SEA/DIPA de 5 de abril de 2002 e a Instrução Normativa Conjunta DGPA- SEA/DCOG-SEF nº 001 de 12 de abril de 2011, em seu Art. 9º, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, conforme processo SES 21256/2020, para comporem a Comissão Interna Permanente que se incumbirá pelo levantamento, avaliação, reavaliação e controle dos bens móveis permanentes, em uso no Hospital e Maternidade Tereza Ramos:

Servidor	Matrícula
Rufius Antonius Rodrigues Schmitt	245.811-0-01
Alexandre Ramos Caminha	278.316-9-02
Tiago de Liz Souza	618.301-8-01

Art. 2º - As unidades e setores vinculados a SES, sempre que solicitados, deverão fornecer à Comissão Central Permanente os documentos e informações necessários à realização dos trabalhos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, cessando efeitos da Portaria nº 401, de 15/06/2020, publicada no D.O.E nº 21.290, de 17/06/2020.

EDINEI CARLOS DA SILVA

Superintendente de Gestão Administrativa

Cod. Mat.: 719053

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.
Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 110744/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **CBS MEDICO CIENTIFICA S/A**, CNPJ nº 48.791.685/0001-68, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 185,92 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 17778/2020, Edital nº 671/2020 (PE)

Cod. Mat.: 719105

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. **Decisão:** O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 157109/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **ZEROS DISTRIBUIDORA EIRELI ME**, CNPJ nº 31.552.106/0001-21, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 359.50 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 189642/2020, Edital nº 859/2020(PE)

Cod. Mat.: 719109

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2021TR000011.

CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Sociedade Padre Eduardo Michelis, mantenedora do Hospital e Maternidade Sagrada Família, com sede no município de São Bento do Sul. **OBJETO:** Auxiliar no custeio e manutenção dos serviços de saúde do Hospital e Maternidade Sagrada Família com a finalidade de oferecer melhor assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no combate a COVID-19 e manter o percentual de atendimento aos usuários do SUS em 65%, em consonância com a implantação da Política Hospitalar Catarinense. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 2.970.000,00 (dois milhões e novecentos e setenta mil reais) por

parte do CONCEDENTE, em 12 (doze) parcelas. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 011325 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2020009772, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 33504100, conforme Nota de Empenho nº 2021NE003285, de 02/02/2021, constante no processo SCC 19304/2020. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 28 de fevereiro de 2022, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 03 de fevereiro de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Maria Alice Scheidt, pela Sociedade. LZ/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2021TR000012.

CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Sociedade Padre Eduardo Michelis, mantenedora do Hospital e Maternidade Sagrada Família, com sede no município de São Bento do Sul. **OBJETO:** Auxiliar no custeio e manutenção dos serviços de saúde do Hospital e Maternidade Sagrada Família com a finalidade de oferecer melhor assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, mantendo o percentual de atendimento em 65%, com a implantação da Política Hospitalar Catarinense – COVID-19. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 2.025.000,00 (dois milhões e vinte e cinco mil reais) por parte do CONCEDENTE, em 10 (dez) parcelas. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 015037 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2020009774, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 33504100, conforme Nota de Empenho nº 2021NE003300, de 02/02/2021, constante no processo SCC 19852/2020. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31 de dezembro de 2021, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 03 de fevereiro de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Maria Alice Scheidt, pela Sociedade. LZ/SCC

Cod. Mat.: 719016

Segurança Pública

Polícia Civil

PORTARIA Nº 81/GAB/DGPC/PCSC, de 02.02.2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão do **Processo Disciplinar nº 23/2020**, no qual são acusados os servidores de matrículas nº 200.189-6 e nº 208.124-5, mandado instaurado pela Portaria nº 908/GAB/DGPC/PCSC, de 08/10/2020, publicada no DOE nº 21.412, de 07/12/2020, com efeitos a contar de 07/02/2021. **Paulo Norberto Koerich**
Delegado-Geral da Polícia Civil.

Cod. Mat.: 718360

PORTARIA Nº 82/GAB/DGPC/PCSC, de 02.02.2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão do **Processo Disciplinar nº 24/2020**, no qual é acusado o servidor de matrícula nº 226.307-6, mandado instaurado pela Portaria nº 828/GAB/DGPC/PCSC, de 14/09/2020, publicada no DOE nº 21.413, de 08/12/2020, com efeitos a contar de 07/02/2021.

Paulo Norberto Koerich

Delegado-Geral da Polícia Civil.

Cod. Mat.: 718361

PORTARIA Nº 834/PCSC/DGPC/CORPC, de 15/09/2020

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Corregedora-Geral da Polícia Civil, Delegada de Polícia de Entrância Especial Maria Carolina Milani Caldas Sartor, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do artigo 224, da Lei nº 6843/86 e dos arts. 3º, § 3º e 16 a 24, todos da Lei Complementar nº 491/2010, resolve DESIGNAR as servidoras **Cristina Maria Schaefer Ferlin**, Delegada de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 262.711-6 e **Alina Zimmermann Largura**, Delegada de Polícia de Entrância Especial, matrícula 308.120-6, ambas em exercício na Corregedoria-Geral da Polícia Civil, para comporem Comissão de Sindicância Acusatória a ser presidida pela primeira e concluída, se possível, no prazo de trinta (30) dias, visando apurar provável cometimento de infração discipli-

nar, atribuída na Sindicância Preparatória nº 456/2019 ao Delegado de Polícia de Entrância Inicial **M.J.T.G.**, matrícula nº 658.545-0, lotado na Divisão de Investigação Criminal – São José, na forma do artigo **208, VIII (agir, no exercício da função, com displicência, deslealdade ou desleixo)** e **XV (deixar de cumprir, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeito) c/c art. 204 (constitui infração disciplinar toda ação ou omissão de policial civil que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina ou a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração)**, todos da Lei 6.843/86 – Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por ter, em tese, assinado a portaria instauradora do Inquérito Policial nº 544.2019.00021, termos de declarações, relatórios e representações por mandados de prisão em nome de outra Autoridade Policial, gerando dúvidas na compreensão de quem estaria na presidência do feito, bem como por ter representado por mandados de prisão preventivas e conversões de prisões, em desfavor de adolescentes.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor

Delegada de Polícia Especial

Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 718972

PORTARIA Nº 805/PCSC/DGPC/CORPC, de 02/09/2020

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Corregedora-Geral da Polícia Civil, Delegada de Polícia de Entrância Especial Maria Carolina Milani Caldas Sartor, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do artigo 224, da Lei nº 6843/86 e dos arts. 3º, § 3º e 16 a 24, todos da Lei Complementar nº 491/2010, resolve DESIGNAR os servidores **Cristina Maria Schaefer Ferlin**, Delegada de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 262.711-6 e **Yuri Dal Sasso Copetti**, Escrivão de Polícia, nível/classe V, matrícula 953.860-7, ambos em exercício na Corregedoria-Geral da Polícia Civil, para comporem Comissão de Sindicância Acusatória a ser presidida pela primeira e concluída, se possível, no prazo de trinta (30) dias, visando apurar provável cometimento de infração disciplinar, atribuída na Sindicância Preparatória nº 503/2019 ao Agente de Polícia de **V.A.deA.**, matrícula nº 954.590-5, nível/classe IV, lotado na Delegacia de Polícia de Comarca - Biguaçu, na forma do artigo **208, VIII (agir, no exercício da função, com displicência, deslealdade ou desleixo) c/c art. 204**, ambos da Lei 6.843/86 – Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por ter, em tese, no dia 30/08/2017, no exercício das funções de plantonista na DPCAMI da Capital, recebido a CI nº 597/2017 com um envelope lacrado contendo bens apreendidos junto ao BO nº 00140-2017-0001587, sem conferir o conteúdo, sem registrar a entrega em relatório de plantão, alegando deixá-lo sobre a mesa da Agente de Polícia responsável pelo respectivo procedimento, na ausência desta; ainda, teria ignorado solicitações para se manifestar sobre o recebimento dos objetos, que não foram localizados na unidade policial.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor
Delegada de Polícia Especial
Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 718973

RESOLUÇÃO Nº 002/GAB/DGPC/PCSC/2021

Dispõe sobre a realização de avaliação psicológica no âmbito da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina para a concessão de porte de arma de fogo aos servidores policiais civis aposentados. **O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL** do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 23 da Lei Complementar nº 55, de 29 de maio de 1992, CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que determina a realização de avaliação psicológica pela própria instituição policial para a concessão de porte de arma aos servidores aposentados; CONSIDERANDO que a Polícia Civil possui em seus quadros o cargo de Psicólogo Policial, com atribuições definidas no Anexo XI da Lei Complementar nº 453, de 5 de agosto de 2009, dentre as quais a de planejar e executar avaliações psicológicas, bem como elaborar e emitir os respectivos laudo psicológicos para concessão de porte de arma ao policial civil aposentado; CONSIDERANDO que o Policial Civil aposentado é integrante do capital social da Polícia Civil;

RESOLVE:

Art. 1º Fica assegurado ao servidor policial civil aposentado que requerer a avaliação psicológica para concessão de porte de arma o atendimento necessário na Delegacia Regional de Polícia de sua residência ou, fora da região policial, onde lhe for conveniente.

§ 1º Cabe à GEPES/DIAF/DGPC, em articulação com a Delegacia Regional de Polícia respectiva, providenciar o atendimento necessário. § 2º Cabe à Delegacia Regional de Polícia, em articulação com a GEPES/DIAF/DGPC, providenciar toda a infraestrutura necessária para o devido atendimento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 5 de fevereiro de 2021.

PAULO NORBERTO KOERICH

Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 719062